

ARGUMENTÁRIO



**NARRATIVAS
QUE LIBERTAM,**



**ARGUMENTOS QUE
DESCULPABILIZAM**

Red
Católicas

POR EL DERECHO A DECIDIR DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE



SUMÁRIO

Sobre a Red CDD LaC	2
Por que este argumentário é importante hoje?	5
Eixos temáticos	7
Argumentário	
<i>1. Sobre a agência moral e o direito de decidir</i>	15
<i>2. A liberdade de consciência como ato sagrado de decisão</i>	17
<i>3. Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos a partir da autonomia e do direito de decidir</i>	19
<i>4. A justiça social e a diversidade como sustento da democracia</i>	25
<i>5. Laicidade do Estado e luta contra os fundamentalismos como garantia de autonomia, pluralismo e não discriminação</i>	29
<i>6. A desculpabilização das consciências</i>	33
10 chaves para caminhar o argumentário	35
Referências bibliográficas	39
Confira também	41



SOBRE A REDE CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

A Rede CDD LaC é um tecido coletivo que articula fé, direitos e feminismo para defender o direito de decidir como um princípio de valor conectado à liberdade, à justiça, à igualdade e à vida com dignidade. Somos um movimento autônomo de católicas e feministas, comprometidas com a busca por justiça social na América Latina e no Caribe.

Promovemos e defendemos os direitos das mulheres, especialmente os que se referem à sexualidade e à reprodução humana, a partir de uma perspectiva ética, católica e feminista, fundamentadas em argumentos do pensamento teológico católico, por meio da criação de espaços de reflexão e ação que influenciem os Estados, a sociedade e as Igrejas, particularmente a católica, em aliança com as diferentes expressões do movimento social latino-americano e global.

Nos afirmamos a partir de uma resistência ética que nasce da experiência vivida a partir do direito de decidir, do amor, da solidariedade e da dignidade. Essa resistência não se opõe à espiritualidade, às crenças ou à vivência de uma religião, mas sim às interpretações fundamentalistas que utilizam a religião para perpetuar a culpa, o medo, o controle e a violência simbólica contra as mulheres.

Nossa aposta, inspirada na teologia feminista, nos convoca a caminhar com as mulheres e meninas em todas as suas diversidades, a reconhecer sua plena agência moral e a defender seu direito de decidir como um princípio profundamente cristão.

Essa resistência ética também nos inspira a ressignificar e a construir novas narrativas que devolvam a palavra e a autoridade moral às mulheres, desmontando a culpa como dispositivo de controle e reivindicando a liberdade de consciência como um direito profundamente humano. A partir daí, abrem-se caminhos para afirmar que não se deixa de ser católica por decidir sobre o próprio corpo, lutar pela inclusão, pela justiça social e pela defesa de quem foi historicamente marginalizado e marginalizada.

COMO REDE CATÓLICAS PROMOVEMOS E DEFENDEMOS¹:

- *Os direitos humanos de mulheres e jovens, particularmente os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.*
- *Argumentos que sustentam o **direito de decidir** a partir de uma perspectiva ética, católica e feminista.*
- *A equidade nas relações de gênero, a cidadania das mulheres e jovens, a defesa dos **Direitos Humanos** tanto na sociedade quanto nas igrejas.*
- ***A laicidade dos Estados** como garantia imprescindível para o exercício das liberdades cidadãs e dos direitos humanos no âmbito da democracia. Ações que detenham o avanço de grupos e organizações antidireitos.*
- ***O fim de todas as formas de discriminação** que geram violências, especialmente contra as mulheres, jovens e pessoas LGBTQIAPN+.*
- ***A erradicação de crimes** por misoginia, LGBTfobia e demais expressões de ódio por motivos de orientação sexual e identidade de gênero.*
- ***O acesso das mulheres à justiça**, especialmente nos casos de violência sexual e feminicídios, e a denúncia da impunidade associada a esses crimes.*
- *O respeito e a defesa **da diversidade, da diferença e da pluralidade** como necessários para a realização da liberdade, da justiça e da democracia.*

¹ Carta de princípios da Red CDD LaC, elaborada em Caxambú, Brasil, em 1996. Modificada em Lima, Perú, em 2011.

PROPOMOS:

- O reconhecimento das **diversas formas de família** e o respeito aos direitos de seus integrantes..
- A criação de espaços de reflexão ética a partir de uma perspectiva feminista, laica, plurirreligiosa e de direitos humanos, desenvolvendo diálogos públicos sobre **a sexualidade e a reprodução humana**.
- O aprofundamento do debate sobre **o aborto**, ampliando a discussão em seus aspectos éticos, médico-científicos, religiosos e legais.
- A promoção do debate sobre a dimensão ética na intervenção científica e tecnológica nos processos vitais das pessoas.
- O reconhecimento da **maternidade livre, voluntária e segura** como um direito humano.
- **A descriminalização e legalização do aborto**, afirmando o direito das mulheres a serviços de aborto seguro e gratuito.
- O cumprimento dos **compromissos internacionais de direitos humanos** assumidos nas conferências mundiais, como Cairo, Pequim e as convenções da CEDAW, Belém do Pará, entre outras.
- A implementação de **políticas públicas** que garantam a vigência efetiva dos direitos humanos e o exercício das liberdades democráticas.
- A elaboração de leis e a implementação de políticas públicas e programas que assegurem o acesso ao **aborto legal, seguro e gratuito, à educação sexual integral laica** e a serviços de qualidade em **saúde sexual e reprodutiva**, sem nenhum tipo de discriminação.
- **A separação efetiva entre o Estado e as instituições religiosas**, como garantia de respeito à laicidade e a uma visão plural da sociedade.
- A garantia do respeito à informação baseada em evidências científicas, no âmbito dos direitos humanos e no reconhecimento da legitimidade das instituições científicas aprovadas internacionalmente.





POR QUE ESTE ARGUMENTÁRIO É IMPORTANTE HOJE?

Em um tempo atravessado por disputas de sentidos sobre a vida, a dignidade, a liberdade e a igualdade, tornar público este argumentário é um compromisso ético, político, teológico e feminista da Rede Católicas pelo Direito de Decidir, que há mais de 30 anos tem contribuído para os movimentos de mulheres, sociais, populares, de igreja progressista e de direitos humanos, entre outros setores, com ideias, propostas e argumentos a favor dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, da laicidade do Estado, da luta contra os fundamentalismos, da liberdade de consciência e de outras questões substantivas relacionadas ao direito de decidir e à defesa da democracia em perspectiva teológica feminista e dos direitos das mulheres.

Hoje, mais do que nunca, vemos como o avanço das ultradireitas e das vozes fundamentalistas no mundo e em nossa região continua sendo utilizado para restringir a democracia e limitar direitos. Diante disso, consideramos pertinente oferecer argumentos em chave teológica feminista que dialoguem e ampliem horizontes. **Este argumentário é uma ferramenta para disputar sentidos, ampliar olhares e contribuir para conversas respeitosas das liberdades e dos direitos.**

Publicar e compartilhar esses argumentos é afirmar que a tradição católica não é única nem monolítica. É abrir espaço a outras interpretações, a outras leituras e conversas com sentido teológico, a outras formas de viver a espiritualidade e as crenças. É lembrar que a consciência é, sem dúvida, um lugar sagrado, onde cada pessoa, em diálogo com Deus/Deusa, toma decisões a partir de sua agência moral.

Em contextos de desinformação e polarização, este argumentário **se torna uma ponte que permite dialogar com quem pensa diferente, contribuir com quem busca respostas para fortalecer suas convicções e acompanhar quem enfrenta dilemas**. É, portanto, um recurso pedagógico, teológico e comunicativo, mas também um exercício político, de resistência e um gesto de cuidado coletivo.

A partir da teologia feminista e como defensoras de direitos humanos, ressaltamos que as palavras e argumentos que se encontram nesta publicação nascem da experiência da caminhada com as mulheres de nossa região, das vivências de seus corpos, de suas histórias, de seus diálogos e crenças, de suas culpas e medos, de suas lutas e desejos. Por isso, o presente argumentário não é apenas um conjunto de ideias construídas pela Rede, mas também é memória viva que recupera novos sentidos: é ressignificação, é hermenêutica libertadora.

Esses argumentos foram tecidos coletivamente por cada uma das CDD que integram a Rede², porque acreditamos que é possível ser uma pessoa de fé e defender os direitos, porque isso nos anima a acompanhar e libertar as consciências, porque temos a certeza de que a agenda dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (DSDR) é profundamente democrática, e porque nos reafirmamos como feministas católicas apostando em uma vida digna e em igualdade.

Compartilhar nossos argumentos é propor outras formas de dialogar, de construir novas narrativas, de sustentar a liberdade diante do medo, afirmando que outra forma de crer – mais justa, mais humana, mais prazerosa – não é apenas possível, mas necessária.

² A Rede está integrada por CDDs em: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, El Salvador, México, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana.



EIXOS TEMÁTICOS

Este argumentário se organiza em torno de seis eixos fundamentais que articulam a reflexão teológica feminista da Rede CDD com o compromisso político e a defesa dos direitos humanos. Em primeiro lugar, reconhece **as mulheres como sujeitas de agência moral**, capazes de discernir e decidir sobre suas vidas a partir de sua própria experiência e dignidade. Nesse caminho, **a liberdade de consciência** se afirma como um espaço sagrado de decisão, onde a ética, a fé e a realidade concreta dialogam sem imposições externas. Da mesma forma, reivindicam-se **os direitos sexuais e reprodutivos a partir da autonomia e do direito de decidir**, entendidos como condições indispensáveis para uma vida digna.

Esses princípios se sustentam em uma aposta pela **justiça social e pelo reconhecimento da diversidade** como bases de uma democracia participativa e inclusiva. Da mesma forma, ressalta-se a importância da **laicidade do Estado e da luta contra os fundamentalismos** como garantias de autonomia, pluralismo e não discriminação.

Por fim, esse enfoque impulsiona **a desculpabilização das consciências**, libertando as mulheres de narrativas de culpa que historicamente limitaram sua capacidade de decidir em liberdade.



EIXO 1: A agência moral e o direito de decidir

Falar de agência moral é reconhecer que as mulheres não são sujeitas passivas a normas impostas, mas pessoas plenas, com capacidade de pensar e tomar decisões moralmente válidas sobre suas vidas.

Essa capacidade não é uma permissão concedida por instituições ou hierarquias, mas parte inerente à dignidade humana. Assim, as mulheres são chamadas a exercer sua liberdade e a decidir em diálogo coerente entre sua fé, sua realidade e sua experiência vital.

Durante muito tempo, as tradições religiosas limitaram ou deslegitimaram a voz moral das mulheres, posicionando-as como receptoras de mandatos e não como construtoras de sentido. Diante disso, este eixo reivindica que as mulheres são sujeitas morais autônomas, capazes de interpretar a vida, a fé e os princípios éticos a partir de suas próprias experiências. Seus corpos, suas histórias e seus contextos são fonte legítima de conhecimento, discernimento e decisão.

Portanto, reconhecer a agência moral das mulheres implica também afirmar seu direito de decidir sobre questões que afetam profundamente suas vidas, como a sexualidade, a reprodução, a maternidade e os projetos de vida. Essas decisões não são irresponsáveis nem superficiais: são processos complexos, atravessados por afetos, condições materiais, vínculos e convicções ou crenças espirituais ou religiosas.

Defender a agência moral é, por sua vez, defender a consciência como um princípio ético central. Daí que este eixo também nos convida a questionar as estruturas que buscam controlar ou invalidar as decisões das mulheres. Quando se nega sua capacidade de decidir, não apenas se violam seus direitos; também se desconhece sua dignidade como sujeitas morais. Por

isso, promover a agência moral é um ato de reconhecimento, de igualdade e de justiça de gênero.

Nesse sentido, afirmar a agência moral das mulheres é sustentar que a fé ou as crenças religiosas não anulam a liberdade, mas a aprofundam. É reconhecer que uma ética verdadeiramente humana e cristã não pode ser construída sem a voz, a experiência e a decisão das mulheres.

EIXO 2: A liberdade de consciência como ato sagrado de decisão

A liberdade de consciência é um princípio fundamental que reconhece em cada pessoa a capacidade e o direito de decidir sobre sua vida. Não se trata apenas de uma ideia ética ou jurídica, mas de um espaço profundamente espiritual: o lugar onde cada uma, em diálogo consigo mesma, com sua história, seus valores e sua fé, toma decisões.

Sob essa perspectiva, a consciência é sagrada porque é ali que se vive a relação íntima com Deus/Deusa. Não é um território que deva ser controlado por normas externas ou autoridades religiosas, mas um âmbito de liberdade que deve ser respeitado e cuidado. A própria tradição católica reconhece a primazia da consciência como guia última na tomada de decisões morais.

Por conseguinte, defender a liberdade de consciência implica afirmar que as mulheres, em todas as suas diversidades, têm o direito de decidir sobre seus corpos, suas vidas e seus projetos, sem coerção, culpa ou imposições. É reconhecer que as decisões éticas e/ou morais não são universais nem abstratas, mas situadas, complexas e atravessadas pela realidade concreta de cada pessoa.

EIXO 3: Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos a partir da autonomia e do direito de decidir

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são parte essencial da dignidade humana e da possibilidade de viver uma vida plena. Não são concessões nem privilégios: são direitos humanos fundamentais que reconhecem a capacidade de cada pessoa de tomar decisões livres, responsáveis e informadas sobre seu corpo, sua sexualidade e sua reprodução.

A partir de uma perspectiva teológica feminista, afirmamos que a autonomia sexual e reprodutiva não se opõe à fé, mas a enriquece. Por isso, o direito de decidir é entendido como uma expressão ética e espiritual dessa liberdade, exercida em consciência e em diálogo com as próprias circunstâncias.

Este eixo ressalta que a sexualidade e a reprodução não devem ser marcadas pelo medo, pela culpa ou pela ideia de pecado, mas pelo respeito, pelo reconhecimento e pela igualdade. As decisões nesses âmbitos são atravessadas por realidades diversas – econômicas, sociais, afetivas e culturais – que devem ser consideradas com sensibilidade, humanismo e respeito.

Defender esses direitos implica também questionar as desigualdades e as violências que limitam a autonomia das mulheres. Significa lutar por condições que tornem possível decidir em liberdade: acesso à informação, educação integral, serviços de saúde de qualidade e marcos legais que respeitem a dignidade.

Por isso, para a Rede CDD, afirmar os direitos sexuais e reprodutivos é afirmar a vida em sua integralidade. É reconhecer que decidir sobre o próprio corpo e o projeto de vida é parte do caminho rumo a uma justiça mais profunda, na qual nossas crenças religiosas acompanham e não condenam.

EIXO 4: A justiça social e a diversidade como sustento da democracia

A democracia não pode se sustentar sem justiça social nem sem o pleno reconhecimento da diversidade. Não basta a igualdade formal: é necessário construir condições reais em que todas as pessoas possam viver com dignidade, participar das decisões que afetam suas vidas e exercer seus direitos sem discriminação.

A partir do nosso olhar católico e feminista, afirmamos que a justiça social é uma expressão concreta do amor ao próximo e do compromisso com um mundo mais justo e equitativo. Acreditamos em um Deus/Deusa que se manifesta na defesa da vida digna, especialmente de quem foi historicamente excluído. Por isso, a democracia deve estar a serviço da justiça, e não da exclusão ou do privilégio.

Daí que a diversidade de corpos, identidades, experiências, crenças e formas de vida não seja uma ameaça, mas uma riqueza que fortalece a democracia. Reconhecer e garantir a participação das mulheres é fundamental para uma democracia viva, plural e inclusiva. Negá-la ou invisibilizá-la, ao contrário, enfraquece o tecido social e perpetua desigualdades.

Este eixo nos convida a compreender que as decisões sobre os direitos sexuais e reprodutivos também fazem parte do horizonte democrático. Quando se limita a autonomia das mulheres, restringe-se não só sua liberdade individual, mas a própria qualidade da democracia.

Para a Rede, apostar na justiça social e na diversidade é construir sociedades onde caibam todas as vozes, onde a fé e as crenças respeitem a liberdade e onde a política esteja orientada à garantia dos direitos.

EIXO 5: Laicidade do Estado e luta contra os fundamentalismos como garantia de autonomia, pluralismo e não discriminação

A laicidade do Estado é uma condição indispensável para a convivência democrática e o respeito à diversidade. Um Estado laico não nega a dimensão espiritual das pessoas; pelo contrário, a protege ao garantir que nenhuma crença particular se imponha sobre as demais nem limite os direitos de quem pensa, crê ou vive de maneira diferente.

Em chave deste argumentário, afirmamos que a fé ou as crenças não precisam se impor pela força nem se traduzir em leis que controlem a vida das pessoas. Por isso, defendemos a separação entre as instituições religiosas e o Estado como garantia de liberdade de consciência, de autonomia, de não discriminação e de igualdade perante a lei.

A luta contra os fundamentalismos é parte essencial deste compromisso. Quando certas interpretações religiosas se apresentam como únicas e inquestionáveis, corre-se o risco de justificar a exclusão, a discriminação e a negação de direitos, especialmente para as mulheres e para as pessoas com identidades diversas. Diante disso, defendemos uma fé crítica, aberta ao diálogo e comprometida com a justiça.

Este eixo ressalta que o pluralismo não é uma ameaça, mas uma base para sociedades mais justas e inclusivas. Reconhecer a diversidade de crenças, saberes e formas de vida permite construir marcos legais e políticos que respeitem a dignidade de todas as pessoas, sem privilégios nem imposições; além disso, permite avançar rumo a mudanças sociais e culturais que aprofundem nosso sentido de humanidade.

Para a Rede, defender a laicidade do Estado é também defender a possibilidade de crer livremente, de discordar sem medo e de viver sem discriminação. É apostar em uma sociedade em que a fé acompanhe a vida sem impô-la, e em que a justiça seja o horizonte comum.

A laicidade, longe de constituir uma postura antirreligiosa, representa o princípio democrático que assegura a neutralidade do Estado diante de todas as crenças, permitindo que cada pessoa exerça livremente seu direito de crer, mudar de religião ou não professar nenhuma. Nesse sentido, a laicidade não limita a liberdade religiosa, mas a protege ao impedir que uma confissão se imponha sobre as demais por meio do poder público.

EIXO 6: Desculpabilização das consciências

A desculpabilização das consciências é um caminho de libertação espiritual, religiosa, ética, moral, cultural e política. Significa questionar e transformar aqueles ensinamentos e práticas que sobrecarregaram as mulheres com culpas injustas, especialmente em torno da sexualidade, da reprodução e das decisões sobre seus próprios corpos.

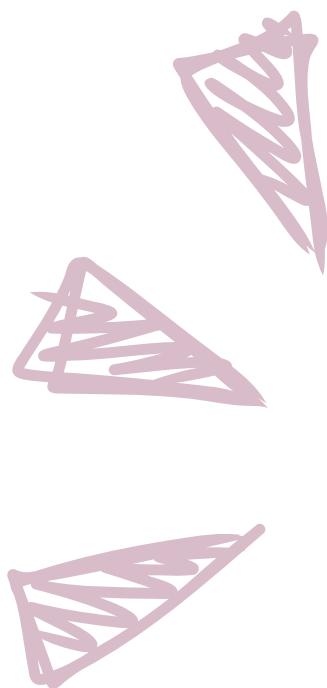
Afirmamos que a culpa não pode ser um mecanismo de controle nem uma ferramenta para negar a liberdade nem a dignidade. Acreditamos em um Deus/Deusa que não condena, mas acompanha, que compreende a complexidade da vida humana e que chama a viver com coerência.

Desculpabilizar a consciência não significa ignorar a ética nem a moral, mas recuperá-la a partir de um lugar mais humano e justo. É reconhecer que as decisões são tomadas em contextos concretos, atravessados por condições sociais, afetivas, econômi-

cas e culturais. Nesse processo, a consciência, como espaço sagrado, discerne e decide não a partir do medo, mas a partir da ética e do cuidado.

Este eixo convida a libertar as mulheres de cargas morais que lhes foram impostas sem considerar suas realidades, e a reconstruir uma relação com a fé que não esteja baseada no castigo, mas na dignidade e na confiança. É também um ato de cura pessoal e coletiva.

Para a Rede, desculpabilizar as consciências é afirmar que ninguém deve ser julgada ou excluída por tomar decisões sobre sua vida. É abrir caminhos para uma espiritualidade que acompanhe, escute e reconheça a capacidade de cada pessoa de decidir com liberdade e autonomia plena.



1. SOBRE A AGÊNCIA MORAL E O DIREITO DE DECIDIR

ARGUMENTO CENTRAL

A agência moral das mulheres para exercer seu legítimo direito de decidir.

CAMINHO ARGUMENTAL

Diante das narrativas que punem o direito de decidir, afirmamos que ser coerentes com nossas crenças religiosas implica reconhecer a plena agência moral de mulheres e meninas em todos os aspectos de suas vidas, porque acreditamos em uma fé que liberta, que acompanha a partir do amor, dos cuidados e da sororidade.

O direito de decidir das mulheres e meninas se fundamenta no reconhecimento de sua plena humanidade como sujeitas morais, criadas à imagem e semelhança de Deus/Deusa (Gênesis 1,27), o que implica dignidade, liberdade e capacidade de discernimento.

Nos relatos evangélicos, Jesus reconhece e valida a agência moral das mulheres:

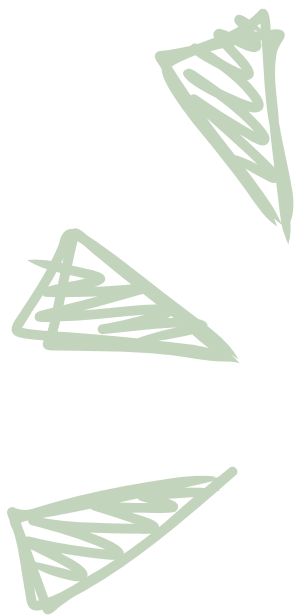
- **A mulher que unge seus pés** (Lucas 7,36-50) age por iniciativa própria e é acolhida sem julgamento;
- **A mulher siro-fenícia** (Marcos 7,24-30) discute, argumenta e transforma o curso da ação de Jesus;
- **Maria de Betânia** (Lucas 10,38-42) escolhe seu lugar como discípula, rompendo as normas de seu tempo.

Essas narrativas mostram que a fé não anula a capacidade de decidir, mas a potencializa.

Negar o direito de decidir implica, portanto, não apenas uma injustiça social, mas também uma leitura restritiva do divino que foi historicamente usada para controlar os corpos e as vidas das mulheres.

Nesse sentido, a Rede CDD, a partir de argumentos teológicos feministas, propõe uma imagem de Deus/Deusa que se revela na liberdade, na responsabilidade e na dignidade das pessoas, e que acompanha os processos de decisão a partir do amor, e não do medo.

Nessa perspectiva, o direito de decidir não se opõe à fé nem às nossas crenças religiosas; ao contrário, habita nela como prática viva de justiça, de amor e de responsabilidade moral, em coerência com o chamado evangélico a uma vida plena (João 10,10).



2. A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA COMO ATO SAGRADO DE DECISÃO

ARGUMENTO CENTRAL

A liberdade de consciência é o santuário para tomar decisões moralmente válidas, acompanhadas por Deus/Deusa.

CAMINHO ARGUMENTAL

A liberdade de consciência é reconhecida como um ato sagrado; ali, a consciência é nosso próprio santuário, onde cada pessoa, em diálogo íntimo com Deus/Deusa, discerne e toma decisões éticas em coerência com sua vida concreta. Longe de ser um âmbito de erro ou suspeita, a consciência é o lugar onde habita o Espírito, que orienta rumo à verdade e à justiça (João 16,13). Essa compreensão se enraíza na afirmação bíblica de que a lei de Deus/Deusa não está fora, impondo-se, mas inscrita no mais profundo do ser (Jeremias 31,33), e na convicção de que cada pessoa é responsável por responder a esse chamado a partir de sua própria realidade.

A consciência, nesse sentido, é compreendida como um espaço sagrado onde se entrelaçam a experiência, o corpo, a razão e a fé para tomar decisões morais em contextos concretos.

Nesse sentido, encontramos no princípio do probabilismo – uma corrente da teologia moral clássica – a afirmação de que, quando existem dúvidas morais e há opiniões sólidas e bem fundamentadas em conflito, é legítimo seguir a opção que seja “provável”, mesmo que não seja a mais estrita ou tradicional. O que significa que “onde há dúvida, há liberdade” (Daniel C. Maguire, 1978; Tutino, Stefania, 2017).

A partir desse olhar, o probabilismo reconhece a complexidade da vida moral e rejeita a ideia de uma única resposta absoluta para todos os casos. Afirma a primazia da consciência individual, entendida como o espaço onde cada pessoa discerne responsabilmente diante de Deus/Deusa (Concílio Vaticano II, 1965). Permite decidir em liberdade e sem culpa, ainda que a decisão não coincida com posturas oficiais, desde que esteja sustentada em razões éticas, experiência e reflexão. Torna-se uma ferramenta para desculpabilizar as consciências, especialmente das mulheres, diante de temas como a sexualidade e a reprodução.

Nesse sentido, o probabilismo não promove o relativismo, mas uma ética da responsabilidade e do discernimento, em que a fé se vive em diálogo com a realidade concreta, a dignidade pessoal e a justiça.

Alguns relatos bíblicos mostram como Jesus confia na capacidade das pessoas de agir a partir de sua consciência:

- *A mulher que sofria de hemorragias (Marcos 5,25-34) decide tocar o manto de Jesus por iniciativa própria e é reconhecida por sua fé;*
- *A mulher adúltera (João 8,1-11) é livrada da condenação, convidada a refazer sua vida sem imposições nem julgamentos que anulem sua dignidade.*

Nessas experiências, Deus/Deusa não aparece como quem controla de fora, mas como quem acompanha, restaura e confia na capacidade de decidir.

Nessa chave, a liberdade de consciência não é isolamento, mas relação viva com um Deus/Deusa que caminha conosco, respeitando e fortalecendo nossa autonomia moral.

Nomear a consciência como santuário implica, então, reconhecer que ali se desdobra uma experiência espiritual legítima, em que

as decisões não são tomadas a partir do medo ou da culpa, mas a partir da responsabilidade, da dignidade e da confiança em um Deus/Deusa que habita no mais profundo da vida. Assim, decidir em consciência é também um ato de coerência com nossa fé.

Neste argumento, a liberdade de consciência pode ser compreendida como um santuário em sentido teológico, ou seja, um espaço onde o divino se faz presente não como imposição externa, mas como acompanhamento amoroso que respeita a autonomia moral. Reconhecer a consciência como sagrada implica afirmar que as decisões tomadas nela, particularmente no âmbito da vida, do corpo e da sexualidade, não constituem uma ruptura com a fé, mas uma expressão madura de responsabilidade ética e moral. Assim, decidir em consciência, acompanhadas por Deus/Deusa, torna-se um ato que articula liberdade, dignidade e compromisso com a justiça e a igualdade.

3. OS DIREITOS SEXUAIS E OS DIREITOS REPRODUTIVOS A PARTIR DA AUTONOMIA E DO DIREITO DE DECIDIR

3.1 ARGUMENTO CENTRAL

O direito das mulheres a viver uma sexualidade prazerosa, desejada, livre e sem culpas.

CAMINHO ARGUMENTAL

O direito das mulheres a viver uma sexualidade prazerosa, desejada, livre e sem culpas se fundamenta na dignidade integral dos corpos. O relato do Gênesis declara que tudo o que foi criado é “muito bom” (Gênesis 1,31), o que inclui a corporeidade, o desejo e a capacidade de gozo como dimensões

legítimas da vida humana. No entanto, as tradições patriarcais construíram narrativas de culpa em torno da sexualidade das mulheres, associando-a ao pecado, ao medo e ao controle, negando assim seu caráter relacional, livre e gozoso.

A teologia feminista questiona essas leituras restritivas e propõe uma ética sexual centrada na justiça, na reciprocidade e no consentimento. Nessa perspectiva, o prazer não se opõe à fé, mas é uma expressão de vida plena. No Cântico dos Cânticos encontramos uma potente imagem bíblica da sexualidade como celebração do corpo, em que o amor e o prazer corporal não aparecem como culpa, mas como experiência positiva, intensa e profundamente humana: *“Ah, se ele me beijasse com os beijos de sua boca! Pois teu amor é melhor que o vinho”* (Cântico dos Cânticos 1,2).

Da mesma forma, os evangelhos mostram Jesus rompendo com as lógicas de culpabilização do corpo e da sexualidade, especialmente em relação às mulheres. No encontro com a mulher considerada pecadora (Lucas 7,36-50), Jesus não condena sua história, mas a reconhece em sua dignidade e capacidade de amar, deslocando a culpa como mecanismo de controle moral. Essa atitude revela uma ética do cuidado e da compaixão que desarma a vergonha e abre possibilidades de vida digna.

Nessa chave, viver uma sexualidade prazerosa, desejada e livre de culpa não constitui um desvio de nossa fé, mas uma afirmação da vida em abundância à qual convida o Evangelho (João 10,10). Reconhecer o direito das mulheres a essa vivência implica desmontar estruturas morais opressoras e recuperar uma espiritualidade que se habita, na qual o corpo não é lugar de pecado, mas território de dignidade, relação e gozo compartilhado.

3.2 ARGUMENTO CENTRAL

**O catolicismo respeita a autonomia reprodutiva.
Você não deixa de ser católica se aborta.**

CAMINHO ARGUMENTAL

Afirmar que o catolicismo também pode defender a autonomia reprodutiva implica reconhecer a riqueza e a pluralidade da tradição moral da Igreja, bem como o lugar central da consciência na vida ética e moral das pessoas crentes. A tradição católica sustenta que a consciência é a instância última de discernimento moral, onde cada pessoa se encontra com Deus/Deusa e responde a seu chamado em situações concretas. Essa compreensão se enraíza na convicção bíblica de que a lei divina está inscrita no coração e na afirmação de que o Espírito guia rumo à verdade (João 16,13), acompanhando os processos de decisão sem substituir a responsabilidade pessoal.

Sob essa ótica, as decisões relacionadas à gravidez, incluindo a interrupção voluntária, não podem ser reduzidas a normas abstratas, mas devem ser compreendidas no contexto da vida real das mulheres, atravessada por condições sociais, econômicas, afetivas e espirituais complexas. A Rede CDD, a partir da teologia feminista, tem apontado que a ética cristã deve partir da experiência concreta e reconhecer a autoridade moral das mulheres como sujeitas capazes de decidir em consciência. Nesse sentido, decidir não significa afastar-se da fé, mas exercê-la de maneira coerente.

Os evangelhos mostram Jesus privilegiando a misericórdia sobre a condenação e rejeitando as lógicas de exclusão moral. No relato da mulher acusada de adultério (João 8,1-11), Jesus desativa a violência normativa e abre um caminho de dignidade sem expulsão; da mesma forma, sua prática constante de inclusão re-

vela que ninguém fica fora do amor de Deus/Deusa. Como afirma Paulo, “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gálatas 5,1), lembrando que a vida cristã não se funda no medo ou na imposição, mas na liberdade.

Nessa perspectiva, uma mulher não deixa de ser católica por tomar decisões sobre seu corpo, mesmo em situações de aborto. A pertença a uma comunidade religiosa não se define pelo cumprimento de normas impostas, mas pela relação viva com Deus/Deusa, sustentada na consciência, na dignidade e na busca de justiça. Reconhecer isso implica afirmar um catolicismo que não exclui nem condena, mas acompanha, decide e confia na capacidade moral das mulheres de decidir em sua vida e em sua espiritualidade.

Se nos perguntarmos o que diz a Bíblia sobre o aborto, podemos afirmar que ela não trata do aborto de maneira explícita nem o condena diretamente. A partir de uma leitura teológica feminista, não existe um mandato bíblico claro que proíba o aborto como tal. Os textos bíblicos foram escritos em contextos históricos em que a noção moderna de aborto não estava formulada como hoje.

Alguns trechos bíblicos frequentemente citados nos debates sobre o aborto mostram que não existe uma condenação explícita dele. Por exemplo:

Em **Êxodo 21,22-25**, vemos que este texto não se refere a uma condenação do aborto nem das mulheres que abortam. Faz parte de um conjunto de leis do antigo Israel e descreve uma situação específica em que terceiros causam dano a uma mulher grávida em meio a uma briga. A norma estabelece sanções diferenciadas conforme a gravidade do dano causado, o que evidencia que se trata de um marco jurídico-normativo voltado a regular responsabilidades diante de um dano provocado, e não de um ensinamento moral sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Sob essa perspectiva, o texto não regula decisões das mulheres sobre seu próprio corpo, mas pune quem provoca o dano. Além disso, ao diferenciar as consequências legais, não equipara automaticamente a perda da gravidez com a morte da mulher, o que evidencia uma compreensão distinta das interpretações contemporâneas que absolutizam esse trecho.

Em suma, este texto pode ser lido como evidência de que a Bíblia não oferece uma condenação explícita do aborto, mas reflete regulações históricas centradas na proteção contra danos externos. Isso abre espaço para afirmar que as decisões reprodutivas pertencem ao âmbito da consciência, da dignidade e da autonomia moral das mulheres, e não a proibições bíblicas absolutas.

De outro lado, o trecho de **Números 5,11-34**, conhecido como o ritual das “águas amargas”, tem sido frequentemente mal interpretado nos debates contemporâneos sobre o aborto. No entanto, uma leitura rigorosa do texto, especialmente a partir da perspectiva da teologia, permite afirmar que não se trata de um ensinamento sobre o aborto nem de uma reflexão ética sobre a interrupção da gravidez.

Esse trecho descreve uma prática jurídico-religiosa própria de uma sociedade patriarcal, na qual uma mulher suspeita de adultério é submetida a um ritual conduzido por um sacerdote. A mulher não age como sujeito moral autônomo: não decide, não participa ativamente de seu destino. É o sacerdote quem administra a prova, evidenciando um sistema em que o corpo feminino está sob controle masculino e institucional.

O objetivo central do rito não é a vida nem a dignidade da mulher, mas a restauração da ordem social e a proteção da honra do marido, em um contexto em que a certeza da paternidade era fundamental. Nesse sentido, o texto reflete uma lógica em que a mulher é tratada como objeto de verificação dentro de uma estrutura de poder desigual.

Em síntese, essas citações não afirmam que “a Bíblia aprova o aborto”, mas que não o condena explicitamente e deixa espaço para o discernimento ético a partir da consciência e da realidade concreta das mulheres.

Por fim, encontramos no Código de Direito Canônico que, existindo o aborto como pecado grave, o Cânone 1398 estabelece que a pena por cometer essa falta é a excomunhão *latae sententiae*, o que significa que se deve afastar voluntariamente e abster-se de participar dos sacramentos. No entanto, o propósito do direito canônico não é outro senão a misericórdia, e para que haja condenação é preciso demonstrar a intenção de fazê-lo, ou seja, que uma mulher engravide com o único fim de abortar – e isso não acontece em nenhuma circunstância.

Nesse sentido, os fiéis e as fiéis devem saber que, no interior da Igreja católica, não há consenso em torno do aborto, e nenhuma mulher é condenada à excomunhão se essa decisão for tomada de acordo com sua consciência.

Existem no Código Canônico eximentes (que retiram a pena), no Cânone 1323, e atenuantes (que diminuem a pena), no Cânone 1324. Este texto evidencia que há muitas considerações para compreender por que uma mulher pode tomar a decisão de abortar. A partir disso, pode-se concluir que nem Deus/Deusa nem a igreja condenam as mulheres que abortam; ao contrário, há um Deus/Deusa amoroso/a que compreende e acompanha essas decisões.



4. A JUSTIÇA SOCIAL E A DIVERSIDADE COMO SUSTENTO DA DEMOCRACIA

4.1 ARGUMENTO CENTRAL

Incluir e não discriminar, porque amar ao próximo também implica defender quem trabalha pela justiça social e pelo cuidado dos e das mais vulneráveis.

CAMINHO ARGUMENTAL

Nem a exclusão, nem a discriminação, nem a censura, nem o julgamento em relação às mulheres constituem princípios da mensagem cristã, profundamente enraizada em uma ética do amor, da justiça e da dignidade. Os evangelhos mostram repetidamente Jesus desafiando as práticas de exclusão moral e social, especialmente aquelas dirigidas às mulheres. No relato da mulher acusada (João 8,1-11), Jesus rompe com a lógica punitiva e desloca o julgamento para um convite à responsabilidade sem condenação; da mesma forma, sua proximidade com mulheres consideradas “impuras” ou marginalizadas revela uma prática de inclusão que dignifica e restaura vidas. Como assinala **Elisabeth Schüssler**³, o movimento de Jesus pode ser entendido como uma comunidade de iguais, na qual as hierarquias opressoras são questionadas em favor de relações justas e solidárias (Schüssler Fiorenza, 1983).

Nessa chave, amar e dignificar toda vida não pode se reduzir a discursos abstratos, mas implica comprometer-se ativamente

³ **Elisabeth Schüssler Fiorenza** é uma teóloga católica e biblista de origem alemã, nascida em 1938, reconhecida mundialmente como uma das fundadoras da teologia feminista crítica e pioneira na interpretação feminista do Novo Testamento.

com a justiça social e com a defesa de quem vive em condições de vulnerabilidade. A tradição profética bíblica é clara a esse respeito: “aprendei a fazer o bem; buscai a justiça, socorrei o oprimido” (Isaías 1,17). Da mesma forma, o Evangelho de Mateus lembra que o critério último é o cuidado concreto com as pessoas mais vulneráveis: “*tive fome, e me destes de comer... estive enfermo, e me visitastes*” (Mateus 25,35-40). Nesse sentido, quem trabalha pela justiça social representa uma dimensão essencial de uma fé coerente.

Em teólogas feministas como **Ivone Gebara**⁴ e **María Pilar Aquino**⁵, encontramos importantes argumentos para o desenvolvimento deste eixo de justiça social, já que ambas insistem em que a ética cristã deve partir da vida concreta e das experiências de exclusão, denunciando estruturas que geram sofrimento e promovendo práticas de cuidado e solidariedade. Sob essa perspectiva, julgar e censurar as mulheres, especialmente em relação às suas decisões vitais, não apenas contradiz o Evangelho, como também perpetua dinâmicas de violência simbólica e espiritual.

Pelo contrário, uma fé comprometida com a dignidade humana reconhece que a liberdade, a justiça e o cuidado estão profundamente entrelaçados. Defender a inclusão implica criar comunidades onde as mulheres não sejam objeto de julgamento, mas sujeitas de respeito, escuta e acompanhamento. Assim, amar a vida em plenitude supõe também defender a liberdade de quem, a partir de sua consciência e compromisso, trabalha por um mundo mais justo, vivendo profundamente o mandamento central do amor (João 13,34) em práticas concretas de solidariedade e dignificação.

⁴ **Ivone Gebara** é uma religiosa católica, filósofa e teóloga brasileira, nascida em São Paulo em 1944, amplamente reconhecida como uma das vozes mais importantes da teologia feminista e ecofeminista na América Latina.

⁵ **María Pilar Aquino** é uma teóloga católica mexicana, nascida em 1946, reconhecida como uma das principais representantes da teologia feminista latino-americana da libertação.

4.2 ARGUMENTO CENTRAL

Nossa aposta como Rede CDD tem como sustento a luta anticolonial, antirracista e antipatriarcal.

CAMINHO ARGUMENTAL

Afirmar que a aposta pelos direitos das mulheres, especialmente pelos DSDR, é uma luta anticolonial, antirracista e antipatriarcal implica reconhecer que as opressões sobre os corpos, especialmente das mulheres, não são isoladas, mas estão entrelaçadas em sistemas históricos de dominação que, em muitos casos, foram legitimados por interpretações religiosas. A colonização, o racismo e o patriarcado operaram conjuntamente para controlar territórios, corpos e saberes, impondo hierarquias que negam a dignidade e a autonomia de amplos setores da humanidade. Diante disso, a teologia feminista, em diálogo com correntes decoloniais, propõe uma releitura crítica da tradição cristã que desmonte essas tramas de poder e recupere seu potencial libertador.

A Bíblia, lida a partir dessa chave, oferece múltiplos relatos de resistência diante de sistemas opressores. O êxodo do povo de Israel (Êxodo 3,7-8) revela um Deus/Deusa que escuta o clamor de quem sofre opressão e age para libertá-lo da escravidão, constituindo-se em um horizonte fundamental para as lutas anticoloniais.

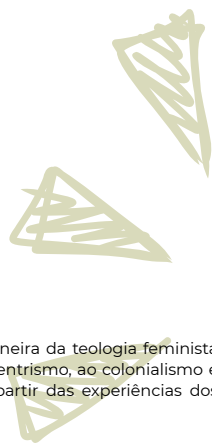
Da mesma forma, o apóstolo Paulo afirma que *“não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher, porque todos vós sois um”* (Gálatas 3,28), desafiando as divisões hierárquicas que sustentam o racismo e o patriarcado. Esse chamado à igualdade radical se complementa com a prática de

Jesus, que se coloca do lado das pessoas marginalizadas e questiona as estruturas de poder que excluem e oprimem.

As teologias feministas e decoloniais insistem em que a defesa dos direitos humanos, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos, faz parte dessa tradição libertadora, na medida em que busca garantir condições de vida dignas para quem foi historicamente subordinado. Assim, Ivone Gebara ressalta, por exemplo, que a ética cristã deve partir da vida concreta das pessoas empobrecidas e racializadas, enquanto **Kwok Pui-lan**⁶ destaca a necessidade de descolonizar as interpretações bíblicas que serviram para justificar a dominação cultural e espiritual (Kwok, 1995, 2006; Gebara, 2002, 2007).

Nesse sentido, a aposta pelos direitos não é alheia a professar uma religião, mas uma expressão dela quando esta se encontra representada na luta pela justiça.

Ser anticolonial, antirracista e antipatriarcal implica comprometer-se com a transformação das estruturas que negam a vida plena e afirmar uma espiritualidade que reconhece a dignidade de todos os corpos e culturas. Assim, a fé se torna força crítica e esperançosa que impulsiona a construção de relações mais justas e libertadoras.



⁶ **Kwok Pui-lan** é uma teóloga nascida em Hong Kong, reconhecida por ser pioneira da teologia feminista asiática e da teologia pós-colonial. Seu trabalho se concentra na crítica ao eurocentrismo, ao colonialismo e ao patriarcado na interpretação bíblica, propondo leituras contextualizadas a partir das experiências dos povos do Sul Global e das mulheres.

5. LAICIDADE DO ESTADO E LUTA CONTRA OS FUNDAMENTALISMOS COMO GARANTIA DE AUTONOMIA, PLURALISMO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

5.1 ARGUMENTO CENTRAL

Igrejas e Estados, separados.

CAMINHO ARGUMENTAL

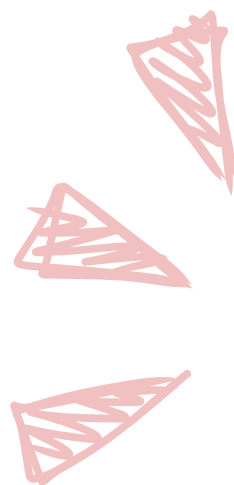
A defesa da laicidade e do Estado laico, entendida como separação entre religião e Estado, fundamenta-se na necessidade de garantir a liberdade de consciência, a igualdade, a pluralidade e a dignidade de todas as pessoas em contextos diversos. Longe de se opor a qualquer religião, a laicidade constitui uma condição ética e política que impede que uma interpretação religiosa particular se imponha como norma universal, protegendo assim tanto a vivência livre da fé quanto o direito de não crer. Essa distinção encontra eco no próprio Evangelho, quando Jesus afirma: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Marcos 12,17), reconhecendo âmbitos diferenciados de responsabilidade e evitando a absolutização do poder religioso ou político.

Da mesma forma, a mensagem bíblica insiste em que a relação com Deus/Deusa se dá no âmbito da interioridade e da liberdade, não da imposição. Como lembra Paulo, *“onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade”* (2 Coríntios 3,17), o que reforça a ideia de que a fé autêntica não pode ser coagida nem legislada. Nessa linha, a Rede CDD tem apontado que a fusão entre poder religioso e poder político foi historicamente um me-

canismo de controle sobre os corpos, especialmente os das mulheres, limitando sua autonomia e justificando exclusões.

A partir desse olhar crítico, a laicidade se torna uma ferramenta fundamental para desmontar os fundamentalismos que buscam impor visões únicas sobre a vida, a sexualidade e a reprodução. Ao mesmo tempo, permite construir espaços democráticos em que a diversidade de experiências, crenças e identidades seja reconhecida e respeitada. A tradição profética também alerta sobre os perigos do poder concentrado e chama à justiça e ao cuidado das pessoas mais vulneráveis (Miqueias 6,8), lembrando que nem a fé nem nenhuma religião podem ser instrumentalizadas para sustentar estruturas de dominação.

Nesse sentido, defender um Estado laico não é rejeitar nenhuma crença religiosa, mas afirmar uma ética pública baseada no bem comum, na igualdade e na não discriminação. É reconhecer que, em sociedades plurais, as leis devem garantir direitos para todas as pessoas, sem privilegiar uma doutrina religiosa sobre outras. Assim, a laicidade se apresenta como uma expressão coerente com uma fé que valoriza a liberdade, a justiça e a dignidade, e que aposta em uma convivência em que crer ou não crer seja sempre uma decisão livre e respeitada.



5.2 ARGUMENTO CENTRAL

Diante do avanço dos fundamentalismos, nosso caminho é interpretar o sinal dos tempos e optar pela justiça, pela liberdade e pelos direitos.

CAMINHO ARGUMENTAL

A luta contra os fundamentalismos é compreendida como um compromisso ético com a defesa da liberdade e da justiça diante de interpretações religiosas que buscam impor visões únicas e restritivas sobre os corpos, a sexualidade e os direitos das mulheres. Os fundamentalismos, ao absolutizar leituras literais e descontextualizadas dos textos sagrados, desconhecem a complexidade da experiência humana e acabam sustentando estruturas de poder que limitam a autonomia e reproduzem desigualdades. Em contraste, a tradição bíblica, lida a partir de uma hermenêutica libertadora, convida a ler os sinais dos tempos e a optar pela justiça: *“foi para a liberdade que Cristo nos libertou”* (Gálatas 5,1), lembrando que a fé não pode ser usada como instrumento de opressão.

Os evangelhos mostram Jesus confrontando práticas religiosas legalistas que impunham cargas injustas sobre as pessoas, especialmente sobre aquelas em situação de maior vulnerabilidade:

- *“O sábado foi feito para o ser humano, e não o ser humano para o sábado”* (Marcos 2,27) expressa uma crítica à rigidez normativa quando esta nega a vida e a dignidade.
- Da mesma forma, sua denúncia contra quem *“ata fardos pesados e os põe sobre os ombros dos outros”* (Mateus 23,4) evidencia uma postura clara diante das formas de autoridade religiosa que oprimem em vez de libertar.

A Rede CDD, em diálogo com teólogas feministas latino-americanas, tem apontado que os fundamentalismos constituem uma reação diante dos avanços em direitos e das transformações sociais impulsionadas por movimentos de mulheres e diversidades. Essas correntes buscam reinstalar ordens hierárquicas e excluir vozes que questionam o poder, apresentando-se como guardiãs de uma “verdade” imutável que, na realidade, responde a interesses históricos e políticos específicos. Diante disso, a teologia feminista propõe uma leitura crítica da tradição, que recupere o caráter libertador da mensagem cristã e afirme a centralidade da justiça, da igualdade e da dignidade.

Nesse sentido, deter o avanço de visões antidireitos e de hegemonias contraculturais que pretendem retroceder nos direitos sexuais e reprodutivos e nos direitos das mulheres não é apenas uma tarefa política, mas também uma responsabilidade ética de quem acredita em um Deus/Deusa de vida e liberdade; e se converte, assim, em horizonte teológico que impulsiona a defesa dos direitos como condições concretas para uma vida plena e coerente. Por isso, resistir aos fundamentalismos implica, então, afirmar uma fé crítica e comprometida com a transformação social e cultural, que não tema questionar as estruturas injustas e que permaneça ao lado de quem luta por viver com dignidade.



6. A DESCULPABILIZAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS

ARGUMENTO CENTRAL

Desculpabilizar las conciencias, vivir sin culpas y celebrar la libertad de decidir.

CAMINHO ARGUMENTAL

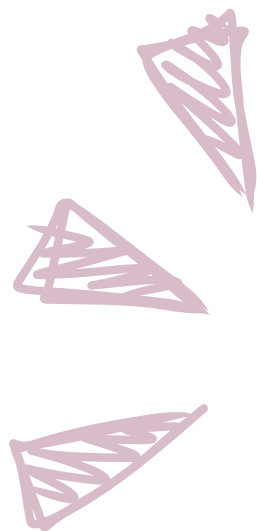
A desculpabilização das consciências é compreendida como um processo de libertação diante de narrativas morais que instrumentalizaram a culpa para controlar os corpos e as decisões, especialmente das mulheres. Longe de ser um caminho rumo à vida plena, a culpa imposta, quando não brota de um discernimento autêntico, mas de normas externas e punitivas, operou como mecanismo de subordinação, distorcendo a relação com Deus/Deusa e conosco mesmas. A tradição religiosa, lida a partir de uma hermenêutica libertadora, mostra que o encontro com o divino não se fundamenta no castigo, mas na misericórdia e na restauração da dignidade.

Nos evangelhos, Jesus se posiciona constantemente contra as lógicas de culpabilização que excluem e condenam. No relato da mulher acusada (João 8,1-11), desativa a violência moral coletiva e abre um horizonte de vida sem condenação; da mesma forma, no encontro com a mulher considerada pecadora (Lucas 7,36-50), reconhece sua capacidade de amar e desloca o centro da culpa para a dignidade. Essas ações revelam uma ética em que a libertação da culpa imposta é condição para uma vida reconciliada e plena. Da mesma forma, a primeira carta de João afirma: *“no amor não há medo, antes o perfeito amor lança fora o medo”* (1 João 4,18), o que permite compreender que uma rela-

ção autêntica com Deus/Deusa não se sustenta no medo nem na culpa, mas no amor que liberta.

A Rede CDD tem denunciado como as construções morais e patriarcais vincularam de maneira desproporcional a culpa com a sexualidade e as decisões reprodutivas das mulheres, gerando formas de violência simbólica e espiritual. Diante disso, propõe-se recuperar a consciência como espaço legítimo ético e moralmente, onde as decisões são tomadas a partir da responsabilidade, da experiência e da busca de justiça, e não a partir da imposição nem do medo.

Nesse sentido, viver sem culpas não significa ausência de ética, mas afirmação de uma moral que reconhece a complexidade da vida. Celebrar a liberdade de decidir implica reconhecer que Deus/Deusa acompanha os processos de decisão sem condenação, e que a vida de fé se expressa na dignidade, na autonomia e na possibilidade de escolher em consciência. Assim, a desculpabilização das consciências se torna um ato profundamente teológico, uma recuperação da fé religiosa e espiritual como experiência de liberdade e coerência.





10

CHAVES PARA CAMINHAR O ARGUMENTÁRIO

Este argumentário tem vigência tanto em tempos de incertezas quanto em momentos de certezas; por isso, mais do que uma ferramenta, é um convite a agir, a dialogar e a sustentar as resistências e as conquistas coletivas. A partir de nossa experiência como feministas católicas, e de uma profunda convicção de que a justiça social, a luta pela autonomia e a dignidade são princípios irrenunciáveis, propomos algumas chaves para seu uso e para continuar construindo caminhos de transformação:

USE ESTA FERRAMENTA COMO PONTE, NÃO COMO MURO QUE IMPÕE LIMITES:

Este argumentário não busca encerrar debates, mas abri-los. Use-o para construir pontes em conversas difíceis e complexas, para escutar ativamente e para compartilhar perspectivas a partir do respeito, da empatia e para fortalecer nossos princípios.

ABRA CONVERSAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA E DO RESPEITO ÀS OPINIÕES E CRENÇAS:

Falar a partir do vivido, das histórias concretas, permite conectar para além das posturas que tenhamos. Gera espaços seguros onde outras pessoas possam se expressar sem medo, sem serem julgadas, e onde o diálogo seja possível, mesmo na diferença.

NOMEIE AS INJUSTIÇAS, MAS TAMBÉM AS RESISTÊNCIAS:

Reconhecer os desafios é fundamental, mas também é importante visibilizar as lutas, os avanços e as redes que sustentam a luta pelas liberdades e pelos direitos. Cada pequena conquista é parte de um processo mais amplo de mudança e transformação de nossas vidas; reconhecê-la é muito importante.

INSTALE PERGUNTAS QUE CONVIDEM A REFLETIR E A TRILHAR SENTIDOS:

Mais do que impor respostas, propomos gerar perguntas que mobilizem: O que significa decidir com liberdade? Como a fé se relaciona com a justiça social? Que mundo queremos construir? Que direitos nos permitiram decidir com autonomia e liberdade? As perguntas abrem caminhos e sentidos onde antes havia um pensamento único e rígido.

AJA NO COTIDIANO:

As transformações profundas começam no que é próximo: em nossas famílias, comunidades, espaços de trabalho e de fé. Leve essas conversas a esses lugares, com paciência, capacidade de escuta, argumentos e convicção.

TEÇA REDES E ALIANÇAS:

Não estamos sozinhas. Fortaleça vínculos com outras pessoas, coletivos e movimentos que compartilhem a defesa dos direitos e da dignidade. A força coletiva é fundamental para sustentar essas apostas.

SUSTENTE UMA MENSAGEM DE LUTA E CONVICÇÃO:

Diante do medo e da desinformação, respondemos com argumentos, amor e resistência. Nossa luta é pela vida digna, pela liberdade de decidir e por um mundo onde caibam todas as vozes.

REVINDIQUE UMA TEOLOGIA FEMINISTA NO PLURAL, QUE COLOQUE A DIGNIDADE E OS DIREITOS NO CENTRO:

Recupere e compartilhe leituras que reconheçam a autoridade moral e espiritual das mulheres e das diversidades. Uma teologia feminista nos convida a questionar estruturas de poder injustas e a afirmar uma espiritualidade libertadora, que defende a autonomia, o direito de decidir e a justiça social como expressões do sagrado.

DEFENDA A DEMOCRACIA COMO PRÁTICA COTIDIANA E HORIZONTE ÉTICO:

A defesa do direito de decidir está profundamente vinculada à construção de sociedades democráticas. Promova a participação ativa, o respeito pela pluralidade e o diálogo informado. A democracia não é apenas um sistema político, mas uma forma de conviver em que todas as vozes contam.

PRATIQUE UMA HERMENÊUTICA RELIGIOSA LIBERTADORA:

Releia as tradições e os textos sagrados a partir de chaves de justiça, inclusão e dignidade. Questione interpretações fundamentalistas que foram usadas para excluir ou controlar, e abra espaço a sentidos que libertem, curem e reconheçam a diversidade de experiências. A interpretação também é um ato político e espiritual.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfonso María de Ligorio. ***Theologia Moralis***. Roma: varias ediciones.

Aquino, M. P. (2002). ***Teología feminista latinoamericana***. Quito: Abya-Yala. Desarrolla una ética cristiana comprometida con la justicia social, cuestionando prácticas eclesiales que generan exclusión o violencia simbólica.

Concilio Vaticano II. ***Gaudium et Spes***. Constitución pastoral sobre la Iglesia en el mundo actual. 1965. Especialmente el n. 16, donde se afirma que la conciencia es “el núcleo más secreto y el sagrario del hombre, donde está a solas con Dios”.

Gebara, I. (2002). ***Rompiendo el silencio: Una fenomenología feminista del mal***. Madrid: Trotta. En este libro, Gebara analiza cómo el sufrimiento concreto, especialmente de las mujeres pobres, debe ser el punto de partida de la reflexión ética y teológica, denunciando estructuras que producen exclusión.

Iglesia Católica. (1983). ***Código de derecho canónico: Edición bilingüe, fuentes y comentarios de todos los cánones***. Biblioteca de Autores Cristianos

Maguire, Daniel C. ***The Moral Choice***. Garden City, NY: Doubleday, 1978.

Múnera Duque, A. (2019). ***Magisterio y moral. Theologica Xaveriana***.

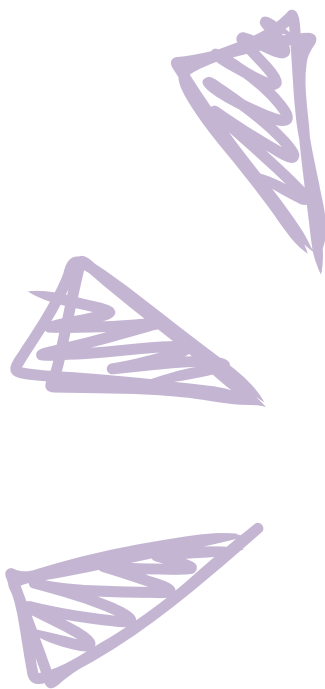
“Probabilismo.” En: ***Diccionario de Teología Moral***. Madrid: BAC, varias ediciones.

Schüssler Fiorenza, E. (1983). ***In memory of her: A feminist theological reconstruction of Christian origins***. Crossroad.

Tutino, S. (2017). ***Uncertainty in post-Reformation Catholicism: A history of probabilism***. Oxford University Press.

Kwok, P.-I. (1995). ***Discovering the Bible in the non-biblical world***. Orbis Books.

Revista Conciencia Latinoamericana. Red latinoamericana y caribeña de Católicas por el Derecho a Decidir.



CONFIRA TAMBÉM



Recursos sobre agência moral das mulheres: **Campanha: “Soy católica. Decido en libertad”:**

- Spot 1: <https://youtu.be/spQ0OeXjhzU?si=8B97UOCjj0Ik2y2a>
- Spot 2: https://youtu.be/_O-9AaFt6l?si=-l3D-umv04ikSoHQ
- Spot 3: https://youtu.be/Z3RZVXOym2k?si=ekEB1ws9ry_-OZFW

Recurso sobre liberdade de consciência: **“Libertad de conciencia. Herramientas para equipos de salud en el acompañamiento de mujeres y personas gestantes para la interrupción voluntaria y legal del embarazo”:**

- <https://drive.google.com/file/d/1a7l4dGysJCNDDB2MefjWQFX0TbKuji7xF/view?usp=sharing>.

“Voces religiosas a favor del aborto”:

- <https://drive.google.com/file/d/1WlisRo8wXP4OCKXYWslksb4aJRiOd35-/view?usp=sharing>.

“Laicidad en Argentina”:

- https://drive.google.com/file/d/1Sa_BStXxy0e9l2NRScj54eUe0O-fa5yV/view?usp=sharing.

Podcast **“Decisiones - Historias sobre el acceso al aborto legal en Argentina”:**

- <https://open.spotify.com/show/08oOnn6FM9tNGAdSiMBngu?si=af3c8ffba5874f44>



Campanha: **“Eu, você e o Estado laico: O que tem a ver?” (2021):**

- <https://youtu.be/JLIR5DNQ548>

Campanha: **“#LegalizarParaAvançar” (2021):**

- <https://youtu.be/P3PPsUMBBzo>

Campanha: **“Mensagem ao Povo Brasileiro” (2023):**

- <https://youtu.be/rnQX63ZzSNo>

Campanha: **“Eu Confesso” (2024):**

- <https://youtu.be/kHBBbSkIkXGQ>

Cartilha: **“Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias”:**

- <https://catolicas.org.br/books/justica-reprodutiva-e-religiao-algumas-ideias/>

E-book: **“Justiça Reprodutiva e Religião: Modelos e Retratos do Brasil”:**

- <https://catolicas.org.br/books/justica-reprodutiva-e-religiao-modelos-e-retratos-do-brasil/>

Cartilha: **“Ética profissional e Ética cristã: conversando a gente se entende”:**

- <https://catolicas.org.br/books/etica-profissional-e-etica-crista-conversando-a-gente-se-entende/>



CDD BOLÍVIA

Argumentário de mulheres lideranças indígenas pelo direito de decidir, construído por elas, em uma linguagem cotidiana para o acompanhamento da ILE na Bolívia e para responder a perguntas difíceis:

- <https://drive.google.com/file/d/1Nfc8TMcEvStpA-QmsLc9gRKvDAL1xyQ0/view?usp=sharing>

Argumentário **“Por el Derecho a Decidir y la Libertad de Conciencia”**, no marco da *Escuela por el Derecho a Decidir*:

- https://cms.catolicasbolivia.org/wp-content/uploads/2025/09/ARGUMENTARIO_compressed-1_compressed.pdf

Boletins sobre Laicidade e o Laicômetro:

- <https://catolicasbolivia.org/public/multimedia/boletines>



CDD COLÔMBIA

Revista **Tejiendo Saberes**: Objeción de Conciencia, Boletín N° 27 (2014):

- <https://cddcolombia.org/biblioteca/tejiendo-saberes-boletin-27/>

Kit **“Ni duda en la razón ni culpa en el corazón”**, parte 4. A liberdade de consciência e o reconhecimento do direito de decidir das mulheres:

- <https://cddcolombia.org/biblioteca/kit-ni-duda-en-la-razon-ni-culpa-en-el-corazon-parte-4-la-laicidad-en-el-estado-colombiano/>

Livro **“Aborto e Iglesia, una relación entre luces y sombras”**:

- <https://cddcolombia.org/biblioteca/la-iglesia-catolica-ha-tenido-la-misma-posicion-sobre-el-aborto/>

Publicação **“Estado laico y laicidad en América Latina y el Caribe”**:

- <https://cddcolombia.org/biblioteca/estado-laico-y-laicidad-en-america-latina-y-el-caribe/>

Revista Conciencia Latinoamericana #22 de julho de 2025 - *“Decidir es sagrado: resistencias católicas feministas frente al avance fundamentalista”*:

- <https://redcatolicas.org/2025/08/28/conciencia-latinoamericana/>

Publicação **“Despenalizar las conciencias, argumentos socio culturales y religiosos para hablar del aborto inducido”**:

- <https://cddcolombia.org/biblioteca/despenalizar-las-conciencias/>



CDD EL SALVADOR

Boletim e campanhas:

- https://drive.google.com/drive/folders/19G73n8qa9qVNY-jRvkS_kC_mKc5mUYtS?usp=drive_link



CDD MÉXICO

Argumentário - **Aborto desde una perspectiva católica**:

- https://drive.google.com/file/d/1HPnK80PKdheDR9q_9d7U9o17iOpuRiTW/view

Campanha **“Otra Mirada Católica del Aborto”**:

- <https://otramirada.catolicasmexico.org/>

Fanzine **“Chismecito Laico y Derechos Sexuales y Reproductivos”**:

- <https://catolicasmexico.org/docs/fanzine-chismecito-laico-y-derechos-sexuales-y-reproductivos/>

“Descolonizando la culpa desde el feminismo”:

- <https://catolicasmexico.org/docs/descolonizando-la-culpa-desde-el-feminismo/>



CDD NICARÁGUA

Publicação **“Una decisión de vida”**:

- <https://drive.google.com/file/d/1PrMF2gSb0XTH-CxehOE7IYrEcaOKBsFq/view>

Publicação **“¿Cómo tener conciencia laica?”**:

- https://drive.google.com/file/d/1yP85QP_Beb_OfMTXC_6KBKm5mhnG_8i4/view



CDD PARAGUAI

Podcast de CDD Paraguai:

- *Capítulo 1 - Derechos Sexuales*: <https://youtu.be/QtQMv87K9mc>
- *Capítulo 2 - Derechos Reproductivos*: <https://youtu.be/-tk8UMOXcGo>
- *Capítulo 3 - Violencia Obstétrica*: <https://youtu.be/uP9CYeUqgRc>
- *Capítulo 4 - Educación Integral de la Sexualidad*:
<https://youtu.be/H0eTIngbtmU>
- *Capítulo 5 - Derechos No Reproductivos*: <https://youtu.be/h9WFrE-A3qY>

Material **“Conocer los derechos reproductivos”**:

- <https://drive.google.com/drive/folders/1WUWJcOn0800qRnyD4yey0Ngn00SUQZ2v>

Materiais sobre **Neoconservadorismo**:

- https://drive.google.com/drive/folders/1elzZrqM6tYh156ELluJKvulF_tYw-ppx



CDD REPÚBLICA DOMINICANA

“Guía Metodológica Crecer Juntas”, construída a partir da experiência de acompanhamento a meninas e adolescentes:

- https://drive.google.com/file/d/1TvP1Rd-XOruDtVF89MeNQrStyF5luesy/view?usp=share_link

ORGANIZAÇÕES MEMBRAS



CATÓLICAS
POR EL DERECHO
A DECIDIR
ARGENTINA



CATÓLICAS POR EL
DERECHO A DECIDIR
BOLIVIA



CATÓLICAS
PELO DIREITO DE DECIDIR



Católicas
por el Derecho
a Decidir Colombia



Católicas
Por el Derecho a Decidir
El Salvador



CATÓLICAS
POR EL
DERECHO
A DECIDIR
MÉXICO



Católicas por el
derecho a decidir
NICARAGUA



CATÓLICAS
POR EL DERECHO
A DECIDIR

CDD
PARAGUAY



Católicas por el
Derecho a Decidir
República Dominicana

 @redcddlac

 redcatolicas.org

 cdd.coordinacionregional@gmail.com

APOIO:

